



2º SIMULADOS ESPECIAIS

TJ SC

Pós Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Oficial de Justiça Avaliador**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/t57pLk1masVDjta89>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/3Rxn8cu>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

1. Assinale a frase em que o termo sublinhado é omitido por elipse na continuidade do texto.

- a) As memórias de amanhã dependem de sua atitude hoje.
- b) A economia só resolve um problema antigo, gerando dois ou mais, novos.
- c) Os meninos fizeram os mesmos desenhos que as meninas.
- d) O tenente partiu em direção à ocorrência, mas, ao chegar, o militar soube que os bandidos haviam escapado.
- e) Meu primo comprou a bicicleta na semana passada e já bateu com ela.

2. Assinale a frase abaixo em que o conectivo sublinhado tem seu valor erradamente indicado.

- a) O estudo evidencia que soluções para ambientes mais saudáveis são necessárias. / finalidade
- b) Estudou tanto que teve uma tremenda dor de cabeça. / consequência
- c) Ao sair, leve um casaco, que poderá fazer frio à noite. / explicação
- d) Aquelas meninas que chegaram atrasadas não poderão entrar no teatro. / restrição
- e) Que trouxesse flores, não lhe perdoaria as mentiras. / concessão

A mentira existe desde o começo da civilização. O uso político da maledicência também não é novidade dos nossos tempos. Na Roma Antiga, por volta de 33 a.C., Otaviano empreendeu uma campanha difamatória contra Marco Antônio, colocando sua lealdade à Roma em dúvida por causa do amor dele por Cleópatra. [...] O que mudou nos últimos anos, depois da explosão das redes sociais, foi a escala e o meio de difusão de mentiras, que

passaram a ser chamadas de fake news (notícias falsas) e desinformação.

Internet: <tre-go.jus.br> (com adaptações).

3. Uma informação que se pode depreender a partir do texto é que

- a) as redes sociais espalham mais rapidamente as notícias falsas.
- b) as fake news podem ser evitadas apenas ao ficar fora da internet.
- c) a desinformação foi criada na Roma Antiga.
- d) Otaviano questionou o amor de Cleópatra à Marco Antônio.
- e) nos últimos anos, a disseminação de mentiras foi arrefecida.

4. A correção faz parte da boa escrita.

Assinale a frase que exemplifica o correto emprego gramatical da língua.

- a) Ao codificar uma ideia o transmissor deveria levar em consideração, o nível de entendimento do receptor.
- b) Infelizmente, não são raros os casos com que se percebe um desequilíbrio entre a intenção e a mensagem.
- c) Destacam-se no âmbito empresarial, o uso de expressões em inglês em lemas publicitários no Brasil.
- d) O esquema, é propício para explicar as etapas da comunicação intercultural.
- e) Pode-se compreender a comunicação como um processo de partilha de significado.

A vida não seria como conhecemos sem as abelhas. Elas são polinizadoras poderosas e fundamentais para o ciclo reprodutivo das plantas. Ao transportar o pólen do órgão masculino para o feminino da flor, garantem a formação de frutos e sementes, e cerca de 75% do que é cultivado pela humanidade se beneficia desse serviço.

Fonte: G1 - adaptado.

5. Segundo o texto, é correto afirmar que

- a) As abelhas não têm relação com a qualidade de produção de frutas.
- b) As abelhas são cruciais para a reprodução das plantas.
- c) As plantas só podem ser polinizadas por abelhas.
- d) 75% da humanidade se beneficia do trabalho das abelhas.
- e) O pólen transportado pelas abelhas é dispensável para a reprodução das plantas.

6. Assinale a frase que exemplifica um tipo de voz passiva.

- a) As comunidades indígenas já se preocupavam com o saneamento básico.
- b) Os indígenas armazenavam a água em jarros de barro.
- c) Delimitavam-se áreas para as necessidades fisiológicas.
- d) A drenagem dos terrenos não era suficiente para garantir a higiene.
- e) Durante a formação das cidades, não havia coleta de esgoto.

O jornal noticiou a instalação de chafarizes em algumas cidades.

7. Na frase acima, o elemento destacado é

- a) agente da passiva
- b) adjunto adverbial
- c) objeto indireto
- d) complemento nominal
- e) adjunto adnominal

8. Assinale a opção em que o trecho revela noção de hipótese.

- a) Cientistas estudam como o cérebro lida com meios digitais.
- b) Existem motivos para preocupação, ainda que não para pessimismo
- c) Precisamos ser capazes de exercer, quando for o caso, a leitura profunda.
- d) Os computadores proporcionaram uma grande variedade de coisas interessantes.
- e) Evidências colhidas sugerem impactos sobre a formação do cérebro.

Níveis mais elevados do PIB estão tipicamente associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.

9. Assinale a opção em que a reescrita do trecho acima mantém o sentido original.

- a) Níveis mais elevados do PIB estão associados tipicamente a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.
- b) Níveis tipicamente mais elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.
- c) Níveis mais tipicamente elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.
- d) Níveis mais elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países tipicamente desenvolvidos.
- e) Níveis mais elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos tipicamente.

O ano passou num piscar de olhos. Aliás, tem sido assim desde que a tecnologia e seus artefatos chegaram para tornarem-se peças indispensáveis no nosso cotidiano. A tecnologia acelerou a vida que, como diz a sábia boneca Emília em suas famosas “Memórias da Emília” do nosso imortal Monteiro Lobato, já é, por si só, um pisca-pisca. Segundo ela, que do alto de sua filosofia absolutamente genial narrou suas memórias ao Visconde de Sabugosa: “a gente nasce, isto é, começa a piscar. Quem para de piscar, chegou ao fim, morreu. Piscar é abrir e fechar os olhos – viver é isso. É um dorme-e-acorda, dorme-e-acorda, até que dorme e não acorda mais. É, portanto, um pisca-pisca. (...) A vida das gentes neste mundo, senhor sabugo, é isso. Um rosário de piscadas. Cada piscar é um dia. Pisca e mama; pisca e anda; pisca e brinca; pisca e estuda; pisca e ama; pisca e cria filhos; pisca e geme os reumatismos, por fim, pisca pela última vez e morre”.

(ADAPTAODO. ALVES, Januária Cristina. Mensagem de final de ano aos jovens (des)informados. Jornal Nexa, 2022.)

10. Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmação correta.

- a) O texto deve ser classificado como narrativo, haja vista a presença de personagens, como Emília e Visconde de Sabugosa.
- b) O segmento “A tecnologia acelerou a vida” mostra uma visão positiva dos avanços tecnológicos.
- c) No segmento “pisca e cria filhos” os verbos são intransitivos.
- d) A citação da boneca Emília tem a função de indicar algo que apoia a ideia do texto.
- e) A presença de “isto é”, em ‘a gente nasce, isto é, começa a piscar’ mostra uma oposição de algo anterior.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC

Emerson Bruno

11. Mariana, estudante de Direito da UFSC, resolve discorrer sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça em trabalho acadêmico. Sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça conclui corretamente que ela será realizada:

- a) Na primeira semana do mês de novembro dos anos pares.
- b) Na primeira semana do mês de dezembro dos anos ímpares.
- c) Na segunda semana do mês de novembro dos anos pares.
- d) Na primeira semana do mês de novembro dos anos ímpares.
- e) Na primeira semana do mês de outubro dos anos ímpares.

12. Natanael, servidor do TJSC, também atua como professor na Academia Judicial. Ao lecionar sobre os cargos de direção afirma corretamente que o Tribunal possui os seguintes cargos de direção.

- a) Presidente, 1o Vice-Presidente e 2o Vice-Presidente.
- b) Presidente, 1o Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça.
- c) Presidente, 1o Vice-Presidente, 2o Vice-Presidente e Corregedor.
- d) Presidente, 1o Vice-Presidente e Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial.
- e) Presidente, 1o Vice-Presidente, 2o Vice-Presidente, 3o Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça.

13. De acordo com o Regimento Interno, os cargos de direção e as funções administrativas do TJSC terão mandato de:

- a) 2 (dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo cargo ou função.
- b) 2 (dois) anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- c) 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- d) 3 (três) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- e) 1 (um) ano, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.

14. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, assinale a opção correta.

- a) A readaptação poderá ocasionar diminuição da remuneração se implicar mudança de cargo.
- b) Ao servidor não aprovado em estágio probatório será aplicada a pena de demissão.
- c) É prevista a possibilidade de redução da jornada de trabalho para servidores estudantes, sem prejuízo de sua remuneração, desde que demonstrada a necessidade.
- d) É prevista gratificação de treinamento a ser percebida mediante certificado de aprovação do servidor em curso de qualificação profissional promovido por órgão público.
- e) O período de estágio probatório é suspenso durante o gozo de licença-maternidade.

15. Conforme o Código de Normas da Corregedoria, para atender às necessidades locais, o juiz poderá editar portarias e ordens de serviço. Para edição de tais Normas, deverão ser observados os princípios da:

- a) legalidade, da oportunidade e da necessidade.
- b) legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- c) razoabilidade e da proporcionalidade.
- d) supremacia do interesse público e da finalidade.
- e) da oportunidade, da conveniência e da pessoalidade.

16. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria, deverão ser encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça para análise e validação, por intermédio da Central de Atendimento Eletrônico, as portarias editadas pela Direção do Foro para regram procedimentos relativos a determinadas matérias.

Não se inclui nesta obrigação.

- a) procedimentos relativos à infância e juventude.
- b) procedimentos relativos à execução penal.
- c) procedimentos relativos à violência doméstica.
- d) questões relacionadas às pessoas idosas.
- e) procedimentos relativos ao Direito do Consumidor.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

17. No Município de Santa Aurora, após sucessivas reclamações da população a respeito do descarte de resíduos em vias públicas, a prefeita Laura entendeu que seria necessário adotar providência imediata para conter a prática.

Sem encaminhar projeto de lei à câmara municipal, editou decreto estabelecendo proibição de lançamento de lixo em ruas, praças e calçadas, fixando multa de R\$ 300,00 para os infratores e autorizando a fiscalização municipal a lavrar autos de infração diretamente com fundamento nesse ato. Ao ser autuado, um morador alegou que o decreto extrapolou os limites da atuação do Poder Executivo.

Considerando essa situação hipotética e os contornos do princípio da legalidade, assinale a alternativa **correta**.

- a) O decreto é válido, pois a Administração Pública, quando busca resguardar interesse coletivo relevante, pode inovar na ordem jurídica por meio de ato administrativo, especialmente se a medida possuir finalidade social e caráter geral.
- b) O decreto é inválido, pois a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, criar obrigação, impor vedação ou estabelecer sanção aos administrados, dependendo de lei aprovada pelo Poder Legislativo para tanto.
- c) O decreto é válido, pois o princípio da legalidade administrativa somente impede condutas arbitrárias e abusivas, não alcançando atos normativos abstratos editados pelo chefe do Executivo municipal.
- d) O decreto é inválido apenas quanto ao valor da multa, já que a proibição da conduta poderia ser criada pelo Executivo, ficando a exigência de lei restrita à fixação da penalidade pecuniária.
- e) O decreto é válido, pois atos administrativos normativos expedidos pelo chefe do Executivo possuem a mesma eficácia da lei em sentido formal

quando editados para disciplinar tema de interesse urbano.

18. João, servidor público responsável pela arrecadação de determinadas receitas municipais, passou a agir de forma ilícita na cobrança e no controle de tributos, causando perda patrimonial efetiva e comprovada ao ente público.

Após apuração regular, ficou demonstrado que sua conduta foi dolosa e gerou dano ao erário. No mesmo caso, a empresa Alfa Ltda., da qual João se utilizava para viabilizar parte da conduta, também foi responsabilizada, sendo necessário avaliar os efeitos das sanções sobre a continuidade de suas atividades.

Com base nessa situação hipotética e na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **correta**.

- a) João somente poderia ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário se sua conduta tivesse produzido enriquecimento ilícito próprio, pois a perda patrimonial do ente público, isoladamente, não é suficiente para a incidência do crime na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) A atuação ilícita de João na arrecadação de tributo ou de renda pode caracterizar ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, desde que se trate de ação ou omissão dolosa e que tenha provocado, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres públicos.
- c) Caso João seja condenado por ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário, a perda da função pública atingirá automaticamente todos os vínculos que ele possuir com o poder público, ainda que sejam de qualidade e natureza diferentes daquele existente no momento da infração.
- d) A multa civil aplicável a João deverá permanecer limitada ao valor do dano, sendo vedado ao juiz aumentá-la, ainda que o montante se revele insuficiente para reprovar e prevenir a prática do ato de improbidade em razão da situação econômica do réu.
- e) Na responsabilização da empresa Alfa Ltda., o juiz deverá aplicar as sanções sem considerar seus

efeitos econômicos e sociais, pois a manutenção das atividades da pessoa jurídica não constitui critério relevante na dosimetria das consequências jurídicas do ato de improbidade.

GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Rennó

19. Em determinada organização pública, a chefia de uma unidade administrativa identificou que, embora os servidores não apresentem queixas relevantes quanto à remuneração, às condições físicas de trabalho e ao relacionamento interpessoal, o nível de engajamento permanece baixo. Após análise mais detalhada, constatou-se que as atividades desempenhadas são excessivamente padronizadas, pouco desafiadoras e oferecem reduzidas oportunidades de realização profissional.

À luz da Teoria dos Dois Fatores, de Herzberg, assinale a afirmativa correta.

- a) O quadro descrito revela deficiência nos fatores higiênicos, especialmente salário e ambiente físico de trabalho.
- b) A motivação no trabalho decorre, essencialmente, de fatores externos à atividade desempenhada.
- c) A ausência de fatores motivacionais compromete o aumento da satisfação e do engajamento no trabalho.
- d) A remuneração constitui o principal fator motivacional, razão pela qual sua adequação tende a eliminar a desmotivação.
- e) As relações interpessoais integram o grupo dos fatores motivacionais responsáveis pela satisfação duradoura no trabalho.

20. No modelo desenvolvido por Edgar Schein, a cultura organizacional pode ser analisada em diferentes níveis, que variam desde manifestações mais visíveis e observáveis até elementos mais profundos, implícitos e de difícil identificação. Esses níveis ajudam a compreender por que certos padrões de comportamento se mantêm ao longo do tempo nas organizações.

Segundo esse modelo, o nível mais profundo da cultura organizacional é formado por:

- a) artefatos, que expressam os elementos visíveis da cultura, como símbolos, linguagem e arranjos físicos.
- b) valores compartilhados, que traduzem justificativas conscientes para as práticas adotadas na organização.
- c) ritos organizacionais, que representam práticas simbólicas voltadas à integração dos membros.
- d) normas formais, que definem os comportamentos esperados e os limites de atuação dos indivíduos.
- e) pressupostos básicos, que correspondem a crenças inconscientes tomadas como verdades pelos membros da organização.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Emanuelle Gouveia

21. Assinale a alternativa correta acerca dos conceitos básicos de hardware e software.

- a) O sistema operacional é classificado como componente físico responsável pelo processamento das instruções.
- b) A memória RAM é utilizada exclusivamente para armazenamento permanente de arquivos do usuário.
- c) O processador tem como única função armazenar dados e documentos do sistema.

d) Hardware corresponde aos componentes físicos do computador, enquanto software corresponde aos programas e instruções executados pelo sistema.

e) Dispositivos de entrada, como teclado e mouse, são classificados como softwares utilitários.

22. Assinale a alternativa correta sobre recursos e funcionalidades do sistema operacional Windows 10/11.

- a) O Windows Explorer é utilizado exclusivamente para execução de programas antivírus no sistema.
- b) O Gerenciador de Tarefas permite visualizar processos em execução e monitorar o uso de recursos do sistema.
- c) A Lixeira do Windows realiza remoção definitiva dos arquivos imediatamente após a exclusão.
- d) O Painel de Controle foi totalmente removido das versões Windows 10 e Windows 11.
- e) O recurso Área de Trabalho não permite criação de atalhos para arquivos ou aplicativos.

23. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma funcionalidade do Microsoft Excel.

- a) A função CONT.SE é utilizada exclusivamente para realizar ordenação alfabética de registros.
- b) O recurso Filtro permite apenas ocultar colunas vazias da planilha.
- c) A função SOMA não pode ser utilizada em conjunto com referências de intervalo.
- d) O Excel não permite criação de gráficos a partir de dados organizados em tabelas.
- e) O recurso Congelar Painéis permite manter linhas ou colunas visíveis durante a rolagem da planilha.

24. Assinale a alternativa correta acerca de conceitos relacionados a redes de computadores e Internet.

- a) O protocolo TCP é responsável por realizar controle de entrega e confiabilidade na transmissão de dados em redes TCP/IP.
- b) O endereço IP tem como única finalidade identificar páginas HTML em navegadores web.
- c) A Internet é uma rede privada restrita exclusivamente a instituições governamentais.
- d) O protocolo HTTP é utilizado para endereçamento físico de placas de rede em ambientes locais.
- e) Redes locais dispensam utilização de equipamentos de comunicação, como switches e roteadores.

25. Assinale a alternativa correta sobre princípios e boas práticas de segurança da informação.

- a) O princípio da disponibilidade tem como objetivo impedir qualquer forma de compartilhamento de informações entre usuários autorizados.
- b) Ataques de phishing dependem exclusivamente da exploração física de componentes de hardware.
- c) O uso de senhas complexas elimina completamente a necessidade de autenticação multifator.
- d) A realização periódica de backups contribui para recuperação de dados em casos de falhas, ataques ou incidentes de segurança.
- e) O princípio da confidencialidade garante que os dados jamais possam ser alterados por usuários autorizados.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA

Lilian Novakoski

26. O acesso à justiça pode ser compreendido como o acesso de fato e de direito a instâncias e recursos judiciais de proteção frente a atos de violência em conformidade com os parâmetros internacionais de direitos humanos. A respeito da efetividade da prestação jurisdicional e do acesso à justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O acesso à justiça restringe-se ao direito de ingressar em juízo.
- b) A duração razoável do processo constitui garantia constitucional relacionada à efetividade da tutela jurisdicional.
- c) A efetividade da prestação jurisdicional depende exclusivamente da atuação das partes processuais.
- d) O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede totalmente o uso de meios consensuais de resolução de conflitos.
- e) O acesso à justiça beneficia apenas pessoas economicamente hipossuficientes.

27. Em relação ao princípio da igualdade e à proteção de grupos vulneráveis, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da igualdade impede a adoção de políticas públicas diferenciadas destinadas a grupos vulneráveis.
- b) A igualdade material exige que todas as pessoas sejam tratadas exatamente da mesma maneira, independentemente de suas condições concretas.
- c) A proteção de grupos vulneráveis decorre da busca pela igualdade material.
- d) A vedação à discriminação aplica-se apenas às relações entre Estado e indivíduo.
- e) Pessoas em situação de vulnerabilidade possuem proteção exclusivamente assistencial no ordenamento brasileiro.

28. Considerando os direitos fundamentais e a proteção constitucional da dignidade da pessoa humana, assinale a alternativa correta.

- a) Os direitos fundamentais previstos na Constituição possuem caráter absoluto.
- b) A dignidade da pessoa humana afasta completamente a possibilidade de restrição de direitos individuais.
- c) Os direitos fundamentais devem ser interpretados de forma restritiva, em razão da supremacia do interesse público.
- d) A proteção da dignidade da pessoa humana exige interpretação constitucional voltada à máxima efetividade dos direitos fundamentais, pautados na ideia de que os direitos humanos são indivisíveis decorre do reconhecimento de que possuem a mesma proteção jurídica, sendo essenciais para uma vida digna.
- e) O princípio da dignidade da pessoa humana possui aplicação exclusiva no âmbito do direito penal.

29. Sobre os princípios e fundamentos dos direitos humanos, definidos como aqueles direitos que nos pertencem pelo simples fato de sermos humanos, pois são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos, assinale a alternativa correta:

- a) A dignidade da pessoa humana possui natureza exclusivamente moral, sem eficácia jurídica direta no ordenamento brasileiro.
- b) O princípio da universalidade dos direitos humanos impede a existência de tratamentos diferenciados para grupos vulneráveis.
- c) A indivisibilidade dos direitos humanos significa que direitos civis e políticos possuem maior relevância que direitos sociais.
- d) A dignidade da pessoa humana constitui fundamento da República Federativa do Brasil e orienta a interpretação dos direitos fundamentais.

e) A universalidade dos direitos humanos admite restrições arbitrárias impostas pelos Estados em razão da soberania nacional.

30. Acerca da incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Todo tratado internacional de direitos humanos possui automaticamente status de norma constitucional.
- b) Tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional em rito ordinário possuem status de lei complementar.
- c) Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, equivalem às emendas constitucionais.
- d) Tratados internacionais jamais podem ser utilizados como parâmetro de controle de constitucionalidade.
- e) A incorporação de tratados internacionais depende exclusivamente de decisão do Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

31. Considere o seguinte dispositivo do texto constitucional:

“o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

De acordo com a classificação predominante na doutrina, essa norma constitucional possui:

- a) eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- b) eficácia contida e aplicabilidade potencialmente não integral.
- c) eficácia limitada de princípio institutivo.
- d) eficácia limitada de princípio programático.
- e) eficácia plena e aplicabilidade contida.

32. No País Alfa, foi adotada uma forma de governo em que o governante é eleito pela população para um mandato, sendo ele apenas chefe de estado, mas não chefe de governo (sendo a chefia de governo exercida pelo Primeiro-Ministro, que precisa contar com o apoio da maioria parlamentar). À luz apenas dessas informações, pode-se dizer que Alfa configura:

- a) uma monarquia parlamentarista.
- b) uma república presidencialista.
- c) uma monarquia presidencialista.
- d) uma república parlamentarista.
- e) uma monarquia federativa.

33. Radegunda, estudante de direito, afirmou que, em sua concepção, os direitos fundamentais possuem limites inerentes, sendo incabível falar-se em verdadeira “colisão” de direitos, visto que a própria definição desses direitos já contém em si mesma uma limitação, de modo que o âmbito de incidência de um não entra em choque com o do outro. Genserico, outro estudante, percebeu,

corretamente, que, à luz das teorias dos direitos fundamentais, Radegunda adota:

- a) a teoria interna.
- b) a teoria externa.
- c) a teoria eclética.
- d) a teoria finalista.
- e) a teoria causalista.

34. Atanagildo deseja, em virtude de sua crença religiosa, registrar em cartório sua intenção antecipada de não ser submetido a transfusão de sangue, ainda que isso seja necessário para salvá-lo a vida. Tendo procurado um advogado, este o informou, corretamente, que:

- a) É permitido ao paciente, no gozo pleno de sua capacidade civil, recusar-se a se submeter a tratamento de saúde, por motivos religiosos. A recusa a tratamento de saúde, por razões religiosas, é condicionada à decisão inequívoca, livre, informada e esclarecida do paciente, inclusive, quando veiculada por meio de diretivas antecipadas de vontade.
- b) O direito à vida se sobrepõe à liberdade religiosa, sendo, portanto, incabível tal renúncia.
- c) É permitido ao paciente, no gozo pleno de sua capacidade civil, recusar-se a se submeter a tratamento de saúde, por motivos religiosos. A recusa a tratamento de saúde, por razões religiosas, é condicionada à decisão inequívoca, livre, informada e esclarecida do paciente, não se admitindo, porém, que seja veiculada por meio de diretivas antecipadas de vontade.
- d) O direito à liberdade religiosa, por ser fundamental, sobrepõe-se ao direito à vida em qualquer situação.
- e) É permitido ao paciente, no gozo pleno de sua capacidade civil, recusar-se a se submeter a tratamento de saúde, por motivos religiosos, mas não à transfusão de sangue.

35. Odoacro, vereador muito ativo na comarca de Rolândia-PR, presenciou o Prefeito Municipal desviando recursos públicos da obra de duplicação da rua principal, a fim de utilizar tais recursos na sua fazenda particular. Revoltado, Odoacro pretende ajuizar a ação constitucional que permita não apenas reaver os recursos desviados, mas também obter tutela inibitória a fim de evitar desvios futuros. À luz do ordenamento constitucional, Odoacro pode impetrar:

- a) mandado de segurança individual.
- b) ação popular.
- c) ação civil pública.
- d) mandado de segurança coletivo.
- e) interdito proibitório.

36. Clotilde, oficial de justiça, recebeu um mandado de prisão preventiva para cumprir em desfavor de Liutprando. Chegando ao domicílio do réu, já se encontrava na região em alta noite. Tendo-se anunciado, a esposa de Liutprando resolveu não abrir a porta da casa, o que levou Clotilde a esperar o amanhecer do lado de fora. Poucos minutos depois, passou-se a ouvir uma briga física, e a esposa do acusado gritou por socorro, ao que Clotilde resolveu arrambar a porta e ingressar no domicílio. À luz da CF e da jurisprudência, pode-se dizer que Clotilde agiu:

- a) corretamente.
- b) incorretamente.
- c) corretamente, desde que já tenha amanhecido.
- d) corretamente, desde que o mandado judicial previsse essa possibilidade.
- e) incorretamente, a menos que o pedido de socorro contasse com a anuência de Liutprando

37. A Assembleia Legislativa do Estado Beta aprovou lei dispendo sobre o prazo máximo de duração do inquérito policial, quando conduzido por delegado de polícia civil do Estado. À luz da jurisprudência do STF, essa norma é:

- a) inconstitucional, por violar competência exclusiva municipal.
- b) inconstitucional, por violar competência privativa da União.
- c) constitucional.
- d) inconstitucional, por invadir a competência da União para estabelecer normas gerais sobre procedimentos.
- e) constitucional, desde que o Estado tenha recebido delegação da União, mediante lei ordinária.

38. É vedada a edição de medida provisória sobre, exceto:

- a) instituição de tributo.
- b) definição de regras de naturalização.
- c) fixação de hipóteses de cabimento de ação rescisória.
- d) regulamentação de prazo de duração de inquérito civil.
- e) carreira e garantias do Judiciário.

39. Totila ajuizou mandado de segurança contra o Governador do Estado Iota, ação essa de competência originária do TJ. Tendo sido denegada a ordem, com fundamento em interpretação de dispositivo da CF, Totila deve, por meio de seus advogados, interpor:

- a) recurso extraordinário.
- b) mandado de segurança substitutivo de recurso.
- c) embargos de declaração com efeitos de prequestionamento.
- d) agravo de instrumento.
- e) recurso ordinário.

40. Lei ordinária estadual, de iniciativa do Governador, dispôs sobre a vedação à permuta entre magistrados estaduais com membros da magistratura de outros estados. Nesse caso, à luz da jurisprudência e da CF:

- a) não há vícios na norma.
- b) há vício de competência, apenas.
- c) há vício de competência, de instrumento normativo e de iniciativa, mas não vício material.
- d) há vício de competência, de instrumento normativo e de iniciativa, além de vício material.
- e) há vício de competência e de iniciativa, apenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

41. Avalie se os princípios da Administração Pública incluem:

- I. a legalidade;
- II. a eficiência;
- III. a supremacia do interesse privado;
- IV. a moralidade.

São princípios da Administração Pública os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

42. Sobre a desconcentração administrativa, analise as afirmativas:

- I. A desconcentração ocorre dentro da mesma pessoa jurídica.
- II. A desconcentração cria novas entidades da Administração indireta.
- III. Pode ocorrer por critério territorial, material ou hierárquico.
- IV. Há relação de hierarquia entre os órgãos desconcentrados.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) III e IV, apenas.

43. Uma empresa estatal prestadora de serviço público atua sob regime predominantemente de direito público. Já a empresa estatal exploradora de atividade econômica atua predominantemente sob regime de direito privado.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica submetem-se integralmente ao direito público.
- b) As prestadoras de serviço público respondem, em regra, de forma subjetiva pelos danos causados a terceiros.
- c) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica possuem responsabilidade civil objetiva em qualquer hipótese.
- d) As prestadoras de serviço público submetem-se, em regra, ao direito público e à responsabilidade civil objetiva.
- e) Tanto as prestadoras de serviço público quanto as exploradoras de atividade econômica submetem-se exclusivamente ao regime de direito privado.

44. De acordo com as regras aplicáveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), assinale a alternativa correta.

- a) As sociedades comerciais podem qualificar-se como OSCIP, desde que não distribuam lucros aos sócios.
- b) O termo de parceria firmado com o poder público dispensa, em qualquer hipótese, concurso de projetos.
- c) A qualificação como OSCIP é concedida pelo Ministério da Justiça às entidades privadas sem fins lucrativos que cumpram os requisitos legais.
- d) Escolas privadas e cooperativas podem obter qualificação como OSCIP quando exercerem atividade educacional gratuita.
- e) A fiscalização das OSCIPs é realizada exclusivamente pelo Ministério Público.

45. A autoridade competente de determinada autarquia federal, ao tomar conhecimento de que um de seus servidores teria utilizado veículos oficiais para fins particulares, determinou a abertura de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ao final do procedimento, restando comprovada a infração, foi aplicada ao servidor a penalidade de suspensão por 30 dias.

Considerando os poderes administrativos, a aplicação da referida sanção administrativa é decorrência imediata do exercício do:

- a) poder de polícia;
- b) poder regulamentar;
- c) poder normativo;
- d) poder disciplinar;
- e) poder discricionário.

46. O Município Ômega pretende realizar um certame licitatório para a escolha de um projeto arquitetônico para a nova biblioteca municipal, prevendo a concessão de um prêmio ao vencedor. De acordo com as normas gerais estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, a referida licitação deverá:

- a) ocorrer mediante a modalidade concurso, com edital prevendo antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias úteis.
- b) ser realizada obrigatoriamente pela modalidade leilão, por envolver escolha de trabalho técnico.
- c) adotar o critério de julgamento de menor preço, visando a economia dos cofres públicos.
- d) prever um prazo de divulgação do edital de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis.
- e) dispensar a cessão de direitos patrimoniais do autor para a Administração Pública.

47. A Administração Pública de determinado Estado realizou um certame licitatório para a aquisição de equipamentos hospitalares. No entanto, após a publicação do edital e o transcurso de todos os prazos legais, constatou-se que não surgiram licitantes interessados.

Diante dessa situação, conforme a Lei nº 14.133/2021 e a doutrina administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Ocorreu o fenômeno da licitação fracassada, que autoriza a dispensa de licitação imediata, independentemente do prazo da última tentativa.
- b) Ocorreu o fenômeno da licitação deserta, podendo a Administração realizar a contratação direta por dispensa, desde que a licitação tenha ocorrido há menos de 1 (um) ano e sejam mantidas todas as condições do edital.
- c) A situação configura licitação fracassada, pois todos os eventuais interessados foram desclassificados por apresentarem preços superiores aos de mercado.
- d) Trata-se de licitação deserta, caso em que a Administração é obrigada a repetir o certame, sendo vedada a dispensa de licitação em qualquer hipótese.
- e) Na licitação deserta, a contratação direta só é permitida se houver a alteração das condições do edital para atrair novos interessados.

48. Ao realizar o controle jurisdicional de um ato administrativo discricionário, o Poder Judiciário é provocado a se manifestar sobre a validade de uma demissão de servidor estável, sob o argumento de que os fatos que motivaram a punição nunca ocorreram.

Com base na doutrina e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta:

- a) O Poder Judiciário possui competência para revogar atos administrativos por razões de conveniência e oportunidade sempre que houver interesse público relevante.
- b) Em virtude do princípio da separação dos poderes, é vedado ao magistrado analisar os motivos que levaram à prática do ato, limitando-se apenas ao exame da competência do agente.
- c) O controle de mérito pelo Judiciário é amplo e permite ao juiz substituir a escolha original do administrador público pela que entender mais justa para o caso concreto.
- d) A anulação de um ato administrativo pelo Poder Judiciário gera efeitos *ex nunc*, preservando-se integralmente todos os efeitos produzidos desde a sua edição até o trânsito em julgado.
- e) O Poder Judiciário pode anular o ato administrativo caso reste comprovado que os motivos declarados pela Administração são falsos ou inexistentes, em observância à Teoria dos Motivos Determinantes.

49. Maria caminhava por uma praça pública mantida pelo Município *Beta* quando foi atingida por um raio durante uma tempestade de proporções extraordinárias. O evento resultou em ferimentos graves e danos aos seus pertences. Restou comprovado que a praça possuía todos os equipamentos de segurança exigidos e que não houve qualquer falha na manutenção ou omissão por parte da prefeitura. Maria ajuizou ação indenizatória contra o Município.

Diante do caso narrado e das normas de responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- a) a responsabilidade do Município é objetiva, devendo indenizar Maria independentemente da causa do evento.
- b) o Município responde de forma subjetiva, devendo Maria provar que a prefeitura agiu com dolo para ser indenizada.
- c) a responsabilidade estatal é afastada em razão da culpa concorrente da vítima, que assumiu o risco ao sair na chuva.
- d) há dever de indenizar com base no risco integral, teoria que não admite excludentes de responsabilidade civil.
- e) não há responsabilidade civil do Município *Beta*, em razão da ocorrência de força maior.

50. Determinados cidadãos são convocados pelo Poder Público para a prestação de serviços específicos e transitórios, sem vínculo profissional permanente e, via de regra, sem remuneração, em razão de sua condição de cidadão ou de sua honorabilidade. São exemplos clássicos os jurados do Tribunal do Júri e os mesários eleitorais.

De acordo com a classificação doutrinária, esses indivíduos são considerados agentes:

- a) políticos.
- b) honoríficos.
- c) administrativos.
- d) delegados.
- e) credenciados.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

- 51.** Em 10 de fevereiro de 2026, Eduardo, assinou com Marina instrumento particular. No meio do instrumento, constou cláusula segundo a qual “a obrigação fica reconhecida e perfeita desde a assinatura, mas Marina somente poderá exigir judicial ou extrajudicialmente o pagamento a partir de 10 de agosto de 2026, salvo pagamento espontâneo anterior”. À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.
- a) A cláusula configura condição suspensiva, pois subordina a aquisição do direito de Marina a evento futuro e incerto, de modo que o crédito somente nascerá em 10 de agosto de 2026.
 - b) A cláusula configura termo inicial, que suspende o exercício, mas não a aquisição do direito, razão pela qual Marina já é titular do crédito, embora não possa exigir o pagamento antes da data convencionada.
 - c) A cláusula configura encargo imposto a Marina, de modo que o inadimplemento de Eduardo antes de 10 de agosto de 2026 autoriza a revogação do negócio jurídico.
 - d) A cláusula institui prazo decadencial, pois Marina perderá o próprio direito de crédito caso não cobre a dívida exatamente em 10 de agosto de 2026.
 - e) A cláusula torna Eduardo automaticamente inadimplente desde a assinatura, pois a existência do crédito basta para caracterizar mora, independentemente do vencimento da obrigação.
- 52.** Helena, mantinha relação comercial com Augusto. Após divergência sobre valores pendentes, Augusto passou a exigir que ela assinasse confissão de dívida, se recusasse, mandaria pessoas “resolverem o assunto pessoalmente” no estabelecimento dela e “atingiria o patrimônio da família”, Helena assinou o instrumento em 03/04/2022. À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.
- a) O negócio jurídico é nulo de pleno direito, pois a coação elimina a própria existência da manifestação de vontade, sendo irrelevante o prazo decadencial.
 - b) O negócio jurídico é anulável por coação, e o prazo decadencial de quatro anos para pleitear a anulação conta-se do dia em que cessou a coação.
 - c) O negócio jurídico é anulável por lesão, e o prazo decadencial de quatro anos conta-se da data da assinatura da confissão de dívida.
 - d) O negócio jurídico é válido, pois ameaças relacionadas a prejuízo patrimonial no contexto empresarial configuram mero exercício de pressão negocial.
 - e) O negócio jurídico é anulável, mas o prazo aplicável é prescricional de três anos, por se tratar de pretensão fundada em ato ilícito.

53. Roberto e Ana, casados e proprietários de patrimônio líquido estimado em R\$ 1.200.000,00, decidiram proteger o imóvel residencial em que vivem com os dois filhos menores. Em 05/03/2024, lavraram escritura pública destinando o imóvel, avaliado em R\$ 360.000,00, à instituição de bem de família, e levaram o título ao Registro de Imóveis competente, onde foi registrado em 20/03/2024. À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A instituição do bem de família é inválida, pois somente pode recair sobre imóvel que represente exatamente um terço do patrimônio líquido dos instituidores.
- b) A instituição do bem de família é eficaz desde a lavratura da escritura pública, independentemente de registro, pois a proteção decorre da vontade dos cônjuges.
- c) O imóvel fica isento de execução pela dívida contratual posterior à instituição, mas pode responder pelas despesas de condomínio relativas ao próprio prédio.
- d) O imóvel fica isento de execução por todas as dívidas posteriores à instituição, inclusive tributos relativos ao prédio e despesas de condomínio.
- e) A proteção do bem de família somente alcança imóvel rural, pois o Código Civil trata o prédio urbano exclusivamente como bem comum sujeito à execução.

54. Marina, pessoa com deficiência física e apta a exprimir livremente sua vontade, pretende vender um imóvel herdado para custear a adaptação de sua residência e a abertura de pequeno negócio. Para obter apoio na análise documental e econômica da venda, ajuizou pedido de tomada de decisão apoiada, indicando sua irmã e uma amiga de longa data, ambas idôneas e de sua confiança.

- a) O pedido de tomada de decisão apoiada deveria ter sido formulado pelos familiares de Marina, pois a pessoa apoiada não possui legitimidade para escolher seus próprios apoiadores.
- b) A tomada de decisão apoiada implica incapacidade relativa de Marina, razão pela qual a venda do imóvel somente será válida se praticada por suas apoiadoras em seu nome.
- c) A decisão tomada pela pessoa apoiada, em regra, tem validade e efeitos perante terceiros quando inserida nos limites do apoio acordado; contudo, no caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência entre Marina e uma das apoiadoras, a questão deverá ser decidida pelo juiz, ouvido o Ministério Público.
- d) A discordância de uma apoiadora torna automaticamente nulo o negócio jurídico, pois a tomada de decisão apoiada exige unanimidade entre apoiada e apoiadores para todos os atos patrimoniais.
- e) O terceiro comprador jamais poderá solicitar a contra-assinatura das apoiadoras, pois a intervenção delas produziria efeito equivalente à curatela e retiraria a capacidade civil de Marina.

DIREITO DO CONSUMIDOR*Paulo Sousa*

55. Uma pequena clínica odontológica contratou uma empresa de tecnologia para fornecer sistema digital de gestão de agenda, prontuários e cobrança de pacientes. Após falhas recorrentes, perda de dados e ausência de suporte adequado, a clínica ajuizou ação contra a fornecedora, invocando normas consumeristas. A ré alegou que o sistema era usado na atividade empresarial da autora, razão pela qual não haveria relação de consumo.

Nesse caso, à luz do CDC e da orientação do STJ, é correto afirmar que:

- a) o CDC sempre se aplica às pessoas jurídicas que contratam serviços no mercado, ainda que o serviço seja integrado diretamente à atividade econômica exercida.
- b) o CDC nunca se aplica quando o produto ou serviço contratado é utilizado em atividade profissional, ainda que demonstrada desigualdade técnica relevante.
- c) o CDC pode ser aplicado se demonstrada vulnerabilidade concreta da clínica perante a fornecedora.
- d) a aplicação do CDC depende apenas da hipossuficiência econômica da pessoa jurídica, sem relação com aspectos técnicos ou informacionais.
- e) a clínica somente poderia invocar o CDC se atuasse como consumidora final em relação pessoal, sem qualquer finalidade institucional.

56. Ana comprou um liquidificador em uma loja de eletrodomésticos. Após quatro meses de uso regular, durante o preparo de alimento, o copo se rompeu e uma das lâminas se soltou, causando corte profundo em sua mão. Em ação indenizatória, a fabricante alegou que o caso seria de simples vício do produto e que Ana teria perdido o prazo para reclamar.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) trata-se de vício de qualidade, pois o produto deixou de funcionar adequadamente após a compra.
- b) a loja responde sempre como fornecedora principal, ainda que o fabricante esteja identificado.
- c) Ana deverá provar a culpa da fabricante, pois a responsabilidade objetiva depende de previsão contratual.
- d) trata-se de fato do produto, com prazo prescricional de cinco anos.
- e) a fabricante só responderá se Ana comprovar que o defeito já era aparente no momento da entrega.

57. Durante promoção em site de grande varejista, Bruno comprou um notebook anunciado com 16 GB de memória RAM e 1 TB de armazenamento. Após a entrega, constatou que o produto possuía 8 GB de memória RAM e 512 GB de armazenamento. A empresa recusou a troca, alegando erro do setor de marketing e afirmando que a nota fiscal descrevia corretamente o produto entregue.

Nesse caso, é correto afirmar que Bruno pode:

- a) exigir o cumprimento da oferta divulgada.
- b) aceitar obrigatoriamente o produto entregue, pois a nota fiscal prevalece sobre o anúncio.
- c) pedir apenas abatimento proporcional do preço, sem possibilidade de troca do produto.
- d) desfazer o contrato, mas sem direito à atualização monetária ou perdas e danos.
- e) exigir outro produto superior, independentemente da equivalência com o anúncio original.

58. Carla contratou curso preparatório on-line por assinatura anual, mediante contrato de adesão. Após três meses, pediu cancelamento por dificuldades financeiras. A empresa aceitou encerrar o acesso, mas exigiu o pagamento integral das nove mensalidades restantes, invocando cláusula que previa multa equivalente a todo o saldo contratual, sem cálculo proporcional.

Nesse caso, é correto afirmar que a cláusula é:

- a) válida, pois contratos anuais autorizam a cobrança integral das parcelas vincendas após o cancelamento.
- b) abusiva, pois impõe vantagem manifestamente excessiva ao fornecedor.
- c) válida, desde que o consumidor tenha aceitado eletronicamente o contrato de adesão.
- d) abusiva apenas se houver prova de dolo da empresa na elaboração contratual.
- e) válida, pois a dificuldade financeira do consumidor não interfere na força obrigatória do contrato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

59. Pedro ajuizou ação de execução de título extrajudicial em desfavor de Antônio, com base em documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas. Devidamente citado, Antônio opôs embargos à execução independentemente de penhora ou caução, com as seguintes alegações: (i) ausência de título executivo; (ii) ajuizamento de ação revisional sobre o débito; e (iii) ausência de liquidez do título que instrui a inicial. Ao analisar a ação e os argumentos de Antônio, o magistrado decidirá corretamente caso entenda que

- a) A assinatura de duas testemunhas no documento particular é insuficiente para considerá-lo como título executivo extrajudicial.

b) A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.

c) A necessidade de simples operações aritméticas para apurar o crédito exequendo não retira a liquidez da obrigação constante do título.

d) Para que o executado se oponha à execução por meio de embargos, é necessária a prestação de caução ou a formalização de penhora.

e) Os embargos à execução devem ser opostos nos mesmos autos da execução de título extrajudicial.

60. Maria ajuizou ação de divórcio cumulada com regulação de guarda de seus filhos, em face de seu marido, Pedro. Caso o juízo entenda estarem presentes os requisitos para o processamento da ação de família, deverá observar que:

a) Não é possível determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a atendimento multidisciplinar.

b) O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial.

c) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data designada para a audiência.

d) Nas ações de família, o Ministério Público sempre intervirá e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.

e) Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, poderá estar acompanhado por especialista.

61. Flávia ajuizou ação de indenização em face da empresa X no juizado especial da comarca Y. Nesse cenário e considerando as disposições da lei 9.099/1995, o juízo estará correto caso decida que

- a) A citação por edital, caso o réu esteja em local incerto e não sabido, é admitida.
- b) Não se admitem pessoas jurídicas no polo passivo de ações que tramitam pelo rito da lei 9.099/1995.
- c) Independentemente do valor dado à causa, a assistência por advogado será sempre facultativa.
- d) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, nem de litisconsórcio.
- e) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

62. Após a apresentação da contestação, o autor de determinada ação pretende aditá-la, a fim de incluir pedido conexo, mas que por um lapso não constou na petição inicial. Devidamente intimado pelo juízo, o réu concordou quanto ao aditamento. De acordo com o Código de Processo Civil, o referido aditamento pode ter ocorrido no máximo até

- a) a citação.
- b) a apresentação da contestação.
- c) a prolação da sentença.
- d) o saneamento do processo.
- e) o trânsito em julgado da ação.

63. A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina requereu a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), por petição. Para tanto, entendeu estar diante de efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.
- b) A desistência ou o abandono do processo impede o exame de mérito do incidente.
- c) Não há legitimidade da Defensoria Pública para requerer a instauração do IRDR.
- d) O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre todos os demais feitos.
- e) Questões unicamente de direito não podem ser objetos de IRDR.

64. Márcio ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais em desfavor de Antônio. Na sua petição inicial, requereu o deferimento de tutela de urgência, a fim de que o réu fosse compelido imediatamente ao cumprimento da obrigação pleiteada. Nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito ou perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) Não se admite justificção prévia à concessão da tutela de urgência.
- c) É vedado ao juiz exigir caução real para a concessão da tutela de urgência.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- e) A tutela da urgência poderá ser concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

65. Impetrado mandado de segurança contra ato considerado ilegal, os autos vieram conclusos ao juízo. Na análise do feito, percebeu-se o decurso de considerável lapso temporal desde o ato tido como ilegal até a impetração da ação constitucional. De acordo com a lei 12.016/2009, o direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos

- a) 15 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- b) 30 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- c) 60 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- d) 90 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- e) 120 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

66. Determinada a citação do réu, o serventário responsável pretende expedir o mandado para o cumprimento do comando judicial. Na expedição do referido mandado, bem como em sua devolução, deverá ser observado que:

- a) Sendo o citando pessoa jurídica, será válida a entrega a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.
- b) Nos condomínios edilícios será inválida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, devendo ocorrer o recebimento pessoal.
- c) Para que ocorra a citação por correios, é necessária a prévia tentativa de citação via oficial de justiça.
- d) Em ações de estado, admite-se a citação eletrônica.
- e) Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, a pessoa que residir fora do país.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

67. João, com a intenção de matar, efetua disparos com arma de fogo de uso restrito contra um desafeto, ocasionando a morte deste. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta

- a) Ele responderá pelo crime de homicídio simples na forma consumada.
- b) Ele responderá pelo crime de homicídio qualificado na forma consumada.
- c) Ele responderá pelo crime de vicaricídio na forma consumada.
- d) Ele responderá pelo crime de Homicídio majorado na forma consumada.
- e) Ele responderá pelo crime de lesão corporal seguida de morte na forma consumada.

68. Carlos, servidor público, solicita, no exercício da função, três mil reais (R\$ 3.000,00) de um particular para deixar de praticar um ato de ofício. Ato contínuo, o servidor recebe a vantagem indevida e deixa de praticar o ato. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta que traga o crime praticado por Carlos.

- a) Corrupção ativa.
- b) Corrupção passiva simples.
- c) Corrupção passiva majorada.
- d) Exploração de prestígio.
- e) Conduta atípica.

69. Um policial militar abordou um indivíduo em uma praça pública e encontrou com este pouca substância entorpecente (10 gramas) conhecida como maconha. Ficou constatado que a pessoa estava possuindo a droga para consumo próprio. De acordo com a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a conduta realizada pelo indivíduo é:

- a) o crime de tráfico de drogas pode ser praticado na forma culposa.
- b) o crime de consumo próprio.
- c) atípica.
- d) o crime de tráfico por equiparação.
- e) o crime de consumo próprio por equiparação.

70. A Lei nº 13.869/2019, conhecida como a lei de Abuso de Autoridade, é uma lei que impactou no ordenamento jurídico brasileiro e trouxe inovações quanto aos abusos praticados por agentes públicos. Tendo como referência a lei supracitada, marque a alternativa correta.

- a) o crime é de ação penal pública condicionada à representação.
- b) a prestação de serviços à comunidade é um efeito da condenação e não é aplicada como pena.
- c) a suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública é um efeito da condenação.
- d) A inabilitação para o cargo, mandato ou função pública é uma pena restritiva de direito.
- e) A perda do cargo, mandato ou função pública é um efeito da condenação e não é automático.

71. Ronaldo causou violência física e moral contra Samira, sob o contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher e com base na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), marque a alternativa correta:

- a) Poderá ser aplicada transação penal no caso de acordo.
- b) Poderá ser aplicada a suspensão condicional do processo no caso de acordo.
- c) Nesse caso é obrigatório o atendimento da mulher vítima por policial, exclusivamente, do sexo feminino.
- d) Não cabe a aplicação da Lei nº 9.099/1995 no caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- e) A ameaça é um tipo de violência moral.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

72. Carlos foi indiciado em inquérito policial instaurado sob a vigência da Lei A. No curso das investigações, entrou em vigor a Lei B, que alterou o prazo para conclusão do inquérito policial quando o indiciado estiver preso, estabelecendo prazo mais longo do que o previsto na lei anterior. Paralelamente, apurou-se que parte dos atos criminosos foi praticada em território estrangeiro, embora a consumação tenha ocorrido em solo brasileiro. O advogado de Carlos suscitou, em sede de defesa, que a Lei B não poderia ser aplicada ao caso, pois seria mais gravosa ao indiciado.

Considerando as regras do Código de Processo Penal sobre aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, assinale a afirmativa correta.

- a) A lei processual penal nova somente se aplica aos fatos ocorridos após a sua entrada em vigor, preservando-se integralmente a lei anterior para os processos já em curso, independentemente de ser mais ou menos favorável ao acusado.
- b) A lei processual penal aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, sendo irrelevante, para fins de aplicação imediata, se a nova norma é mais ou menos favorável ao acusado.
- c) A lei processual penal nova somente se aplica de imediato se for mais benéfica ao acusado, aplicando-se, em caso contrário, a lei vigente ao tempo do fato, por analogia ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- d) (D) O Código de Processo Penal não se aplica quando parte dos atos executórios tiver sido praticada em território estrangeiro, ainda que a consumação tenha ocorrido no Brasil, pois prevalece, nessa hipótese, a lei do local da prática dos atos.
- e) O Código de Processo Penal aplica-se em todo o território brasileiro, ressalvados os tratados, convenções e regras de direito internacional, mas não se aplica quando qualquer ato do iter criminis tenha sido praticado fora do país.

73. Durante a investigação de um homicídio, agentes policiais coletaram no local do crime uma faca com manchas de sangue. O material foi acondicionado em saco plástico comum, sem identificação, sem registro de data, hora ou nome do responsável pela coleta. O vestígio foi transportado no porta-malas do veículo policial sem qualquer controle de temperatura ou embalagem adequada. Ao chegar ao laboratório pericial, não havia documentação de recebimento formal. O laudo pericial concluiu que o sangue encontrado na faca pertencia ao réu. Na fase de instrução, a defesa arguiu a quebra da cadeia de custódia.

Com base nas disposições do Código de Processo Penal acerca da cadeia de custódia, assinale a afirmativa correta.

- a) O acondicionamento do vestígio deve ser realizado de forma individualizada, de acordo com as características físicas, químicas e biológicas do material, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento, sob pena de comprometimento da cadeia de custódia.
- b) A cadeia de custódia consiste apenas no conjunto de procedimentos de transporte do vestígio, sendo irrelevante, para sua validade, a forma de acondicionamento e o registro de recebimento no laboratório.
- c) A cadeia de custódia tem início apenas a partir do momento em que o vestígio é entregue ao perito oficial, não abrangendo os atos realizados pela autoridade policial no local do crime.
- d) A quebra da cadeia de custódia implica, automaticamente, a nulidade absoluta do processo e a absolvição do réu, independentemente da existência de outras provas lícitas que corroborem a autoria delitiva.
- e) O vestígio coletado no local do crime somente pode ser manuseado por perito oficial, sendo nula qualquer prova produzida a partir de vestígio coletado por agente policial não habilitado como perito.

74. Beatriz foi vítima de crime de ameaça (art. 147 do CP), de ação penal pública condicionada à representação. Após tomar conhecimento da identidade do autor, Beatriz aguardou oito meses para registrar boletim de ocorrência e manifestar sua intenção de representar criminalmente contra o agressor. O Ministério Público, ao receber os autos, ofereceu denúncia. A defesa do acusado arguiu, em resposta à acusação, a extinção da punibilidade pela decadência do direito de representação.

Sobre o instituto da decadência e o prazo para exercício do direito de representação, com base no Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- a) O prazo decadencial para o exercício do direito de representação é de seis meses, contado da data do fato criminoso, sendo irrelevante o momento em que a vítima tomou conhecimento da autoria.
- b) O prazo decadencial para o exercício do direito de representação é de seis meses, contado do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime, razão pela qual a arguição de decadência formulada pela defesa é procedente no caso narrado.
- c) O prazo decadencial para o exercício do direito de representação é de um ano, contado do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime, de modo que a representação de Beatriz foi tempestiva.
- d) A representação é irretratável desde o momento em que é oferecida à autoridade policial, de modo que o Ministério Público estava obrigado a oferecer denúncia independentemente de qualquer prazo.
- e) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o prazo decadencial não se aplica, pois a decadência é instituto exclusivo da ação penal privada.

75. Durante a investigação de um crime de furto qualificado, a autoridade policial concluiu as diligências e elaborou o relatório final do inquérito policial. Ao encaminhar os autos ao Ministério Público, o Delegado de Polícia, entendendo que as provas eram insuficientes para embasar uma denúncia, incluiu no relatório a sugestão de arquivamento. O Promotor de Justiça, discordando da sugestão, ofereceu denúncia diretamente, sem requerer o arquivamento. A defesa do acusado arguiu a nulidade do processo, alegando que o Delegado teria arquivado o inquérito de forma irregular ao sugerir o arquivamento no relatório.

Sobre as atribuições da autoridade policial no inquérito policial, assinale a afirmativa correta.

- a) A autoridade policial pode determinar o arquivamento do inquérito policial quando concluir pela insuficiência de provas, devendo comunicar tal decisão ao Ministério Público e ao juiz competente.
- b) A sugestão de arquivamento constante do relatório policial vincula o Ministério Público, que somente poderá oferecer denúncia se obtiver novas provas após a devolução dos autos pela autoridade judiciária.
- c) A autoridade policial não pode mandar arquivar autos de inquérito policial; o relatório final pode conter a opinião do Delegado, mas não vincula o Ministério Público, que pode oferecer denúncia independentemente da sugestão de arquivamento.
- d) O inquérito policial, por ser peça informativa, pode ser arquivado pela própria autoridade policial, desde que haja concordância expressa do Ministério Público, dispensando-se a intervenção do Poder Judiciário.
- e) O prazo para conclusão do inquérito policial é de dez dias, tanto para o indiciado preso quanto para o solto, sendo vedada qualquer prorrogação, sob pena de nulidade do inquérito e de todos os atos subsequentes.

76. Marcelo foi preso em flagrante delito pela prática de roubo majorado. Lavrado o auto de prisão em flagrante, a autoridade policial encaminhou cópia dos autos ao juiz competente no prazo de 48 horas após a realização da prisão. Ao receber o auto, o magistrado, sem converter a prisão em preventiva e sem conceder liberdade provisória, limitou-se a proferir despacho declarando o flagrante "em ordem" e determinando a manutenção da prisão de Marcelo com base exclusivamente na gravidade abstrata do crime. A defesa de Marcelo impugnou a decisão judicial.

Sobre o procedimento a ser adotado pelo juiz ao receber o auto de prisão em flagrante, com base no Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- a) O juiz agiu corretamente, pois, verificada a regularidade formal do auto de prisão em flagrante, é lícito ao magistrado manter a prisão com base na gravidade do crime, sem necessidade de converter o flagrante em preventiva.
- b) O juiz agiu incorretamente apenas quanto ao fundamento utilizado, pois a gravidade abstrata do crime não autoriza a manutenção da prisão; contudo, poderia ter mantido o flagrante sem conversão em preventiva se houvesse fundamento concreto.
- c) O juiz agiu incorretamente em dois aspectos: o auto de prisão em flagrante deveria ter sido encaminhado em até 24 horas após a realização da prisão, e ao recebê-lo, o magistrado deveria ter fundamentadamente relaxado a prisão ilegal, convertido o flagrante em preventiva ou concedido liberdade provisória.
- d) O juiz agiu corretamente ao manter a prisão, pois o roubo majorado é crime grave e a prisão em flagrante, por si só, é suficiente para manter o acusado preso durante toda a instrução criminal, dispensando a conversão em preventiva.
- e) O auto de prisão em flagrante deve ser encaminhado ao juiz no prazo de 24 horas, e ao recebê-lo, o magistrado deve obrigatoriamente converter a prisão em flagrante em preventiva,

sendo vedada a concessão de liberdade provisória em crimes de roubo.

DIREITOS HUMANOS E TUTELA COLETIVA

Géssica Ehle

77. Ricardo, servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina lotado em uma comarca do interior, atende uma cidadã que reside em local de difícil acesso e não possui recursos para contratar advogado ou deslocar-se até a sede do fórum para protocolar uma demanda de natureza urgente. Ricardo, ao orientá-la sobre os mecanismos de acesso à justiça implementados pelo Poder Judiciário catarinense, deve considerar que a promoção de direitos fundamentais pelo tribunal:
- a) Limita-se ao recebimento de petições físicas no balcão de atendimento, sob pena de violação ao princípio da formalidade processual.
 - b) Deve priorizar a digitalização e o atendimento remoto, mas pode ser mitigada caso a parte não possua acesso à internet, cabendo ao cidadão a solução do entrave tecnológico.
 - c) Manifesta-se através de políticas de inclusão, como o Juizado Itinerante e a prestação de assistência judiciária gratuita, visando remover barreiras geográficas e econômicas.
 - d) É uma atribuição exclusiva da Defensoria Pública, não cabendo ao Poder Judiciário a criação de canais que facilitem o ingresso da demanda sem a prévia atuação administrativa.
 - e) Exige a comprovação prévia de miserabilidade jurídica absoluta para que qualquer ato de orientação por parte do servidor seja realizado.

78. Durante a elaboração de um relatório estatístico no TJ-SC, a servidora Beatriz observa que determinados grupos, como pessoas com deficiência e idosos, enfrentam dificuldades específicas na tramitação de seus processos. Ao propor medidas de correção baseadas no princípio da igualdade e não discriminação, Beatriz deve fundamentar sua proposta no entendimento de que:

- a) A igualdade perante a lei exige um tratamento idêntico a todos os jurisdicionados, sendo vedada a criação de prioridades de tramitação para grupos específicos.
- b) A discriminação positiva, ou ação afirmativa, é um instrumento legítimo para assegurar a igualdade substancial, permitindo o estabelecimento de prioridades legais para grupos em situação de vulnerabilidade.
- c) O princípio da não discriminação impede o Judiciário de coletar dados baseados em raça, gênero ou deficiência, para evitar a estigmatização dos usuários.
- d) A vulnerabilidade de um grupo social deve ser reconhecida apenas para fins de assistência social, não produzindo efeitos práticos na celeridade ou nos ritos processuais judiciais.
- e) O Poder Judiciário deve atuar de forma neutra, cabendo apenas ao Poder Legislativo a definição de critérios de prioridade para o atendimento de minorias.

79. No ordenamento jurídico brasileiro e no plano internacional, o princípio da dignidade da pessoa humana é considerado:

- a) Um direito acessório que depende da regulamentação de leis ordinárias para produzir efeitos no caso concreto.
- b) Um valor supremo que serve como fundamento da República e como critério interpretativo para a aplicação de todas as normas de direitos humanos.

- c) Uma norma de caráter exclusivamente moral, sem força jurídica cogente para anular atos administrativos do Poder Judiciário.
- d) Um princípio que pode ser livremente mitigado pelo magistrado sempre que o interesse financeiro do Estado estiver em risco.
- e) Um conceito jurídico restrito ao direito civil, não possuindo aplicabilidade nas relações de direito público ou penal.

80. Sobre as características da universalidade e da indivisibilidade dos direitos humanos, assinale a opção correta:

- a) A universalidade permite que cada Estado determine quais cidadãos possuem direitos, baseando-se no critério da reciprocidade diplomática.
- b) A indivisibilidade implica que os direitos civis e políticos possuem hierarquia superior aos direitos econômicos e sociais, devendo ser protegidos prioritariamente.
- c) A universalidade pressupõe que todos os seres humanos são titulares de direitos, enquanto a indivisibilidade reconhece que os direitos humanos formam um conjunto único e interdependente.
- d) O princípio da indivisibilidade autoriza que o Estado suspenda direitos sociais para garantir a plena execução de direitos individuais de liberdade.
- e) A universalidade é aplicada apenas aos direitos de primeira geração, sendo os direitos de terceira geração dependentes de adesão específica por tratado.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
